

## Práticas, inscrições e redes sociais

contribuições da teoria social para a reflexão sobre identidade da ciência da informação

Marco Antônio de Almeida

**Como citar:** ALMEIDA, Marco Antônio de. Práticas, inscrições e redes sociais: contribuições da teoria social para a reflexão sobre identidade da ciência da informação. *In:* FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** Marília: Fundepe; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 37-50. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-98176-17-8.p37-50>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# PRÁTICAS, INSCRIÇÕES E REDES SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SOCIAL PARA A REFLEXÃO SOBRE A IDENTIDADE DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Marco Antônio de Almeida<sup>1</sup>

**RESUMO:** o trabalho comenta aspectos relacionados à identidade da Ciência da Informação como campo do conhecimento. Recupera a contribuição de estudiosos da área para pensar a configuração social dos atos e práticas de informação através de três autores: Pierre Bourdieu, Howard Becker e Bruno Latour. Discute, a partir do trabalho desses autores: 1-) as possibilidades para pensar a atividade da Ciência da Informação como campo científico e 2-) a elaboração da informação como objeto de estudo. Finalmente, pondera acerca de alguns desafios e perspectivas abertos por estas contribuições.

**PALAVRAS-CHAVE:** Informação. Conhecimento. Ciência. Sociedade. Redes Sociais.

**ABSTRACT:** the work comments some aspects related to identity of Information Science as a field of knowledge. It rescues the contribution of scholars of the area in order to think the social arrangements of acts and practices of information. Detach social sciences contribution through three authors: Pierre Bourdieu, Howard Becker and Bruno Latour. It discusses, with bases in these three authors works: 1-) the possibilities to think the activity of Information Science as a scientific field and 2-) the elaboration of information as an object of study. Finally, it discusses above some challenges and perspectives by these contributions.

**KEYWORDS:** Information. Knowledge. Science. Society. Social Webs.

## 1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a própria identidade está sempre presente nos encontros, congressos e publicações da área de Ciência da Informação. Considerando-se sua inserção dentro do grande campo de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, não é de causar espanto que boa parte das análises acerca dessa identidade também problematize a relação entre informação e sociedade. De um modo geral, essa questão é apresentada sob três aspectos, considerados isoladamente ou em conjunto: 1- a especificidade/definição do objeto “informação”; 2- a definição da área como campo científico, levando-se em conta suas fronteiras e zonas de interlocução com outras áreas, bem como os suportes teóricos e metodológicos que a caracterizariam; 3- a relação dos dois pontos anteriores com as instituições e as práticas sociais de informação (com

---

<sup>1</sup> Curso de Ciências da Informação e Documentação / FFCLRP-USP

particular ênfase em seus aspectos profissionais).

Uma das maneiras de equacionar essa problemática é proposta por Hjørland a partir da noção de “análise de domínio” (HJØRLAND, 2002). A proposta do autor é estudar domínios do conhecimento em relação às suas comunidades discursivas – os distintos grupos sociais que constituem a sociedade moderna, “sintonizados” pela linguagem e pelo conhecimento. Desse modo, Hjørland desloca o foco da análise da informação como objeto físico ou como processo cognitivo individual para um viés que a considera como fenômeno social de construção coletiva.

No Brasil, Nascimento e Marteleto (2004) ampliam essa perspectiva, incorporando à proposta de Hjørland conceitos tomados de empréstimo à sociologia da cultura de Pierre Bourdieu:

Os conceitos de *campo* e *habitus* de Bourdieu ampliam o conceito de comunidades discursivas de Hjrland, ao possibilitar o entendimento sobre o funcionamento e os embates das comunidades e o modo como produzem, mediam e fazem uso das informações. A hipótese é que, assim, os processos de produção, transferência e uso das informações como prática de um domínio do conhecimento revelam a *informação construída* pelas comunidades discursivas em seu ambiente social e cultural. (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, p. 7).

Seguindo a direção proposta pelas autoras, proponho uma breve cartografia de algumas possíveis contribuições das Ciências Sociais para esse debate com base na obra de três autores: Pierre Bourdieu, Howard Becker e Bruno Latour.

## 2 BOURDIEU E BECKER: A PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO

A obra de Pierre Bourdieu insere-se no debate sociológico marcada por uma concepção *praxiológica*, que busca superar as limitações das abordagens objetivistas, fenomenológicas e marxistas. Sua proposta visa cobrir os hiatos deixados pelas outras perspectivas entre teoria e prática, indivíduo e história, atores sociais e estrutura, por intermédio dos conceitos de *campo* e *habitus*. (BOURDIEU, 1982,1983).

A construção do conceito de campo enfatiza a idéia de um espaço de produção simbólica (artística, científica, literária etc.) como espaço social de relações objetivas. Segundo Bourdieu, para que um campo funcione é necessário que haja objetos de disputas e atores dotados de um *habitus* que implique no conhecimento e no reconhecimento das leis imanes do jogo, dos objetos, das disputas, etc. O *habitus*, segundo Bourdieu, é a “estrutura estruturante” que guia a ação dos atores e consiste no conhecimento adquirido somado aos capitais simbólico, cultural e social de que eles dispõem. Desse modo, qualquer campo simbólico (incluído aí

o campo científico) combinaria um conjunto de leis próprias (imposição dos limites para as ações), a busca pela “distinção” (o reconhecimento social e simbólico dos “pares”) e a “legitimidade cultural” (o monopólio da manipulação legítima de uma classe determinada de bens simbólicos). O campo é um espaço de disputa, principalmente entre o pólo do novo, dos indivíduos que reivindicam o direito de entrada nesse espaço, e o pólo dominante, que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência.

Há um interesse comum das pessoas engajadas num campo, que supera os antagonismos e as faz cúmplices no que se refere a tudo aquilo que está ligado à própria existência do campo, o que as une principalmente em relação a fatores que atuam contra a autonomia do mesmo. Ocorre, portanto, um acordo entre os antagonistas a respeito do que merece ser disputado. Por exemplo, por diferentes vias, a academia (no plano intelectual) e as associações e conselhos de classe (no campo institucional/profissional) cumprem a função de zelar pela “ortodoxia” do campo, estabelecendo seus limites e sancionando e/ou atribuindo a “legitimidade cultural” a seus membros. Desse modo, o campo é um lugar hierarquicamente estruturado, a partir de uma determinada lógica de conflitos e interesses:

Daí o interesse em estudar a organização e o funcionamento dessas instituições, mediante a produção de papers, a participação em congressos, as instâncias de legitimação, a ritualização das citações, a conformação da pesquisa e a hierarquia acadêmica. Dentro dessa perspectiva, a elaboração teórica insere-se em fronteiras administradas pelas regras do campo. (ORTIZ, 2003, p. 10).

Infelizmente, é comum a banalização das idéias de Bourdieu em estudos que atribuem um papel secundário aos conceitos e discussões teóricas, reduzindo-se a dinâmica do campo à interação estratégica entre os atores, via de regra pela disputa político-institucional. Permite, eventualmente, a compreensão de casos específicos, mas perde o horizonte mais amplo do debate. A conquista da autonomia nunca é integral; trata-se de uma construção permanente, que assume características diversas pela inserção dos cientistas em suas respectivas sociedades/instituições de origem. No caso da América Latina, a autonomia do campo acadêmico sempre foi relativamente frágil, em razão de um conjunto de fatores, como a constituição tardia dos centros de pesquisa, a dependência das instâncias estatais e de seus projetos que impediu, muitas vezes, a formulação de uma agenda própria, etc. Bourdieu inscreve-se numa tradição sociológica que sustenta o caráter social da produção simbólica, descrevendo, de variadas maneiras, as relações entre contexto social e produção de bens simbólicos (obras de arte, conhecimento científico, moda). Entretanto, embora se refiram às organizações ou sistemas, esses escritos sociológicos praticamente não mencionam as pessoas cujas ações coletivas os

constituem. Ele reforça a dimensão política das práticas, centrada nas instituições, privilegiando um recorte sincrónico fundado no antagonismo.

Assim, talvez seja útil lançar mão de outros autores para pensar não só os períodos de mudança, como também os momentos de construção coletiva que unem os atores. Uma visão complementar à de Bourdieu, formando um contraponto interessante é a de Howard Becker a partir de suas análises da arte como atividade coletiva. Para Becker há uma grande quantidade de atividades necessárias para que uma obra de arte apareça como tal: 1- a concepção intelectual do trabalho; 2- a produção de meios materiais que a possibilitem; 3- a criação de convenções de linguagem e de procedimentos que permitam sua expressão; 4- o treinamento e formação de pessoal (artistas, técnicos, público) no uso de linguagens experimentais de criação e experimentação. Finalmente, a combinação desses ingredientes em uma obra ou representação particulares (BECKER, 1977).

Deve-se destacar, a partir dessa visão, a importância das redes de cooperação e a divisão do trabalho entre os pares. A divisão do trabalho no mundo das artes, independentemente da tecnologia ou do carácter da arte em questão, nunca é “natural”: a divisão é sempre resultado de uma definição consensual da situação, que, quando alcançada, passa a ser vista como “natural” por seus participantes. O artista trabalha no centro de uma rede de cooperação necessária para o resultado final do trabalho; o que ele não faz, alguém tem de fazer. A cooperação pode ser simples e imediata (especialmente nas formas de arte comunitariamente compartilhadas) ou envolver disputas e conflitos de interesse, estéticos e/ou profissionais. Algumas dessas atividades serão consideradas “artísticas” e outras não; as pessoas que desempenham essas atividades serão consideradas artistas, e os demais, “pessoal de apoio”. O *status* de uma atividade como arte e não-arte pode mudar num ou noutro sentido (uma comparação possível com as ciências aplicadas, como a CI, é a divisão entre “técnicos” e “acadêmicos”).

Os artistas convencionais acomodam sua produção aos recursos e convenções existentes, segundo Becker, aceitando as restrições geradas pela dependência da cooperação com outros membros do seu universo. Por outro lado, eles “economizam” tempo e energia que, de outra maneira, teriam que despendar. Assim, “dizer que o artista deve ter a cooperação de outras pessoas para que a obra de arte se produza como se acaba por produzir não significa que ele não possa trabalhar sem aquela cooperação”. (BECKER, 1977, p. 211).

As convenções artísticas são uma das principais formas das pessoas entrarem em cooperação para a produção de uma obra de arte, baseando-se em acordos anteriores que se tornaram habituais com relação aos processos a serem empregados na produção artística. As convenções, conquanto padronizadas, não são rígidas ou imóveis; um grande número

de decisões cabe, em última instância, ao artista, o que permite que, sob as mesmas convenções, obras diferentes sejam produzidas. As restrições impostas pelas convenções decorrem do fato delas não existirem isoladamente, mas em complexos sistemas interdependentes: uma pequena mudança pode exigir uma série de outras mudanças em atividades conexas. A quebra das convenções implica, no geral, em aumentar os problemas do artista e da circulação de sua obra, ainda que amplie sua liberdade criativa ao permitir-lhe opções diferentes da prática usual.

Dizer tudo isso vai além da afirmativa de que a arte é social e além das demonstrações da congruência entre formas de organização social e estilos ou temas artísticos. Mostra que a arte *é social no sentido de que ela é criada por redes de relações de pessoas que atuam juntas e propõe um quadro de referência no qual formas diferentes de ação coletiva, mediadas por convenções aceitas ou recentemente desenvolvidas, podem ser estudadas.* (BECKER, 1977, p. 221, grifos nossos).

Parece existir um paralelo entre esse mundo da arte e o mundo acadêmico – mais especificamente, o campo da Ciência da Informação. Talvez estejamos vivendo um momento de mudança de convenções, dos quadros de referência e de estabelecimento de novas redes de cooperação, tanto “internas” como “externas”, que colocam em questão os limites do campo, assim como as competências de seus membros. Questão: o que as pessoas do campo estão fazendo hoje? Em geral, as respostas a essa questão tendem muito mais ao programático – falam do que elas deveriam estar fazendo – do que ao empírico – o que elas estão fazendo de fato. Esta não é uma questão fácil de responder, não obstante já existam alguns trabalhos relevantes a respeito (VALENTIM, 2002, 2004; OLIVEIRA, 2005), mas é um desafio que não deve ser negligenciado sob o risco de idealização do que seja, efetivamente, o campo da CI.

Nesse sentido, a Ciência da Informação padece de uma dificuldade de traçar seus limites que, segundo González de Gómez (2000), decorre de duas características: 1- a referência intrínseca de seu objeto aos outros modos de produção de saberes e 2- a natureza estratificada e poli-epistemológica do objeto “informação”. Para a autora, a informação designa um fenômeno, processo ou construção vinculado a “camadas” ou “estratos” de realização. A informação, como objeto cultural, se constitui na articulação dessas diversas dimensões – o nível sintático-semântico das elaborações simbólicas, os sistemas sociais de inscrição de significados, a infra-estrutura das redes de comunicação, as instituições e atores que demandam e/ou organizam a informação. Essas dimensões, entretanto, são assimétricas, demandando diferentes pontos de partida conceituais e metodológicos para sua apreensão como objeto de conhecimento: “Um dos grandes desafios da pesquisa na área, resultante do caráter poli-epistemológico do domínio, é desenvolver programas e estratégias de

pesquisa articulando os modos de conhecimento específicos de cada estrato” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 5). Um aporte sugestivo para tentar superar essa assimetria e fragmentação pode ser encontrado em algumas concepções desenvolvidas por Bruno Latour.

### 3 BRUNO LATOUR E AS “TRANSLAÇÕES” DO CONHECIMENTO

Bruno Latour é um dos mais representativos pesquisadores de uma nova vertente de pesquisa que contesta a separação radical entre sujeito e objeto do pensamento ocidental a partir da análise das práticas científicas, mas que poderíamos, no limite, generalizar para a reflexão sobre outras práticas de produção do conhecimento. Para Latour, essa cisão é fruto do que ele denomina “acordo modernista”, que insistia no primado da razão, da objetividade e do distanciamento, buscando a verdade e a tradução do mundo em fórmulas unívocas. O acordo “pós-modernista” apenas relativizou os resultados obtidos, mas não alterou os termos da equação.

Latour procura trabalhar desconsiderando essa cisão e buscando superar a oposição entre “análises de conteúdo” (que privilegiam o movimento puro das idéias, as transformações dos conceitos) e “análises de contexto” (cujo foco está nas pressões e demandas sociais sobre o trabalho científico) que, no seu entender, produzem em conjunto um retrato esquizofrênico das transformações pelas quais passou a ciência. Para ele, a produção de conhecimento opera por meio de uma cadeia de transformações, permanente e de dupla via, entre o “real” e os sujeitos; é o que denomina de “cadeias de translação”:

Ao invés de opor palavras ao mundo, os estudos científicos, graças à sua ênfase na prática, multiplicaram os termos intermediários que insistem nas transformações, tão típicas das ciências.[...] Em lugar de uma rígida oposição entre contexto e conteúdo, as cadeias de translação referem-se ao trabalho graças ao qual os atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses. (LATOUR, 2001, p. 356).

Para Latour, o que viabiliza e permite essas cadeias de translação são as inscrições:

Termo geral referente a todos os tipos de transformação que materializam uma entidade num signo, num arquivo, num documento, num pedaço de papel, num traço. Usualmente, mas nem sempre, as inscrições são bidimensionais, sujeitas à superposição e combinação. São sempre móveis, isto é, permitem novas translações e articulações ao mesmo tempo em que mantêm intactas algumas formas de relação. [...] Quando a inscrições estão perfeitamente alinhadas, produzem a *referência circulante*. (LATOUR, 2001, p. 350).

A referência circulante (ou circular) é a qualidade da cadeia de transformações, a viabilidade de sua circulação, em geral relacionada à existência de instituições. No sentido sociológico tradicional, o termo instituição alude a um lugar e a leis, a pessoas e costumes que se perpetuam no tempo. Na concepção de Latour, a instituição cumpre um papel positivo na construção do conhecimento, já que possibilita as mediações necessárias para os atores conservar uma “substância” – um conjunto de características reconhecíveis – duradoura e sustentável. A referência circulante, como resultante desse processo descrito por Latour, guarda importantes conexões com os conceitos similares de *mediação* e *rede*:

Os termos ‘rede’ e ‘mediação’ nos situam numa concepção relacional da sociedade e cultura, e têm sido elaborados para designar a co-ocorrência de elementos plurais e heterogêneos: discursivos, tecnológicos, sociais, materiais e simbólicos. Nesse quadro propomos olhar a informação como ‘operador de relação’, agindo sobre distâncias entre o conhecedor e aquilo a ser conhecido, desde o ponto de vista simbólico-cognitivo assim como sobre distâncias entre lugares, regiões, tempos, desde o ponto de vista mediacional, sob o fundo da vinculação comunicacional de intersubjetividades históricas. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 42).

Latour relaciona a idéia de “informação” à existência de “centros de cálculo”. Estabelece-se uma relação entre um centro e uma periferia, entre os quais circula um “veículo”. A informação, concebida desse modo, é uma inscrição, e não um signo. A informação é uma relação prática/material entre dois lugares. A produção de informação resolve de maneira prática (por seleção/extração/redução) a contradição entre a presença num lugar e a ausência desse lugar. A informação se compreende somente através do conhecimento das instituições que permitem o estabelecimento dessas relações de dominação e dos veículos materiais que transportam/carregam a própria informação. São duas operações simultâneas que ocorrem: a redução – a coleção não mostra o (eco) sistema inteiro e a ampliação – cada espécime é realçado, perde sua “invisibilidade”. É possível a comparação e o estudo de várias espécies originárias de lugares diferentes em um único lugar (LATOUR, 2000).

Latour exemplifica esse ponto de vista a partir de um relato antropológico de uma expedição científica à floresta amazônica, em Boa Vista, Roraima (LATOUR, 2001). Sua proposta é registrar o trabalho dos cientistas do ponto de vista de um antropólogo que nada soubesse dos excêntricos hábitos dessa “tribo”. Ele os acompanha na sua expedição a uma região onde o cerrado (savana) e a floresta são fronteiros, gerando uma zona de transição com características híbridas. O problema com o qual a equipe, formada por biólogos e pedólogos (especialistas na análise de solos), se defrontava consistia em determinar se naquela região era o cerrado que avançava sobre a floresta ou o contrário.

O autor observa inicialmente que o domínio da paisagem é dado por *inscrições*: mapas aéreos de diversos tipos, que asseguram aos cientistas a manipulação e o cruzamento de informações diversas, além de apontar para a importância e necessidade de saberes e práticas anteriores e sedimentadas. O passo seguinte é a “etiquetagem” de árvores da floresta e do cerrado pelos biólogos, gerando uma referência para as plantas que permite o seu controle, transformando aquele pequeno trecho de natureza em um laboratório ao ar livre. Na seqüência de atividades, os biólogos recolhem espécimes de plantas que funcionarão, posteriormente, deslocadas de seu *habitat* natural, como amostragem, como provas de sua atividade. Essas referências serão arquivadas e classificadas em outro lugar – um centro de cálculo (LATOURE, 2000). *A translação para um centro de cálculo permitirá a comparação com outras referências*, abrindo a possibilidade de construção de novas hipóteses e a sedimentação de conhecimentos e práticas, que poderão descrever o caminho de volta da cadeia de translações para gerar novas referências, sempre que seja necessário.

Os pedólogos, por sua vez, coletam seus dados. Traçam um perfil do solo, para visualizar suas camadas; localizam os buracos que serão feitos, definindo pontos equidistantes dos dois tipos de solo e da zona de transição entre eles. As amostras de terra são acondicionadas no pedocomparador, um instrumento semelhante a uma caixa quadriculada no qual as fileiras correspondem aos buracos e as colunas aos diversos níveis de profundidade do solo de onde as amostras foram retiradas. A simultaneidade de visão permite a comparação cromática. Essa referência da realidade – a cor do solo – é padronizada seguindo as indicações de uma escala de cores usada universalmente, que é o código Munsell. Desse modo, a “realidade” sofre uma primeira transformação, a qual se sucederão outras, na forma de novas representações: tabelas, gráficos, diagramas, etc. que permitirão sua manipulação, comparação, etc.

No caso das ciências humanas os procedimentos são semelhantes: também aqui temos a necessidade de documentar os passos da pesquisa e a forma pela qual se estabelece uma referência circulante, mesmo quando o trabalho seja exclusivamente bibliográfico. Essa cadeia de translações, de transformações da realidade em representações que se desdobram em novas representações deve ser perfeitamente “alinhada”, possibilitando refazer o circuito em qualquer sentido. Esse movimento de vai-e-vem é fundamental, pois ocorrem perdas e ganhos no processo de “reduções” e “ampliações”. É este perfeito alinhamento que produz a referência circular.

Embora pensada no âmbito exclusivo dos estudos sobre ciências e as práticas dos cientistas, a concepção de Latour poderia ser desdobrada para processos de produção do conhecimento envolvendo atores sociais no contexto da sociedade da informação. A proliferação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) permitiu aos sujeitos contemporâneos

desenvolver novas formas de relacionamento, de sociabilidade e de produção de símbolos, saberes e valores (KUMAR, 1997; ALMEIDA, 2005). Segundo Castells, vivenciamos hoje a estruturação da sociedade em redes sociais. Assim, quando afirma que a Internet é o tecido de nossa vida no momento, está pensando em redes de computadores capazes de se comunicar entre si e também numa tecnologia de processamento de informações numa escala gigantesca, capaz de gerar novas formas de organização e controle do capital. Ele salienta o fato de que a Internet, posto que congregue os núcleos de direção econômica, política e cultural do planeta, ainda está distante de resolver os problemas de desigualdade. Para Castells, a Internet é essencialmente “[...] o meio de comunicação e de relação essencial sobre o qual se baseia uma forma de sociedade que nós já vivemos – aquela que eu chamo de sociedade em rede.” (CASTELLS, 2003, p. 256).

Para compreender a dinâmica dessas redes sociais é estratégico analisar as *inscrições* que nela circulam, as *cadeias de translação* que modificam o conhecimento que a comunidade possui de si e do mundo, e o conhecimento que outros atores possuem dela. Desse modo,

O acesso à informação, especialmente aquela existente fora do grupo, e sua importância para o desenvolvimento, seja das comunidades, seja das empresas, é o elemento-chave a ser investigado. Da mesma forma, as ações políticas não podem ignorar as informações que os próprios grupos elaboram a partir de seus universos locais de vivência, interação e trabalho. (MARTELETO; SILVA, 2004, p.48).

Um exemplo hipotético seria o da produção de conhecimentos no interior de um movimento social, como, por exemplo, o dos ecologistas. Um grupo de moradores pode se articular localmente para defender uma área de mata em perigo de devastação. Ato público e atividades diversas são realizados para promover a causa. O “capital social” do grupo pode ampliar-se, bem como seu “capital cultural”, com a adesão de outros atores com habilidades diferentes das do grupo inicial, como advogados, biólogos, líderes religiosos, políticos, etc. Documentos e registros diversos são produzidos – manifestos, panfletos, vídeos, propagandas, livros, programas radiofônicos. Esse material é divulgado por diversas redes de comunicação, gerando *feedbacks* que podem propor novas formas de atuação local, novas práticas que permitiriam ao grupo, inclusive repensar (reforçando ou relativizando) seus valores e práticas.

#### 4 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SOCIEDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A cadeia de translações concebida por Latour não é uma forma desencarnada de intertextualidade, de uma circulação pura de idéias entre *papers*, mas a conexão entre as disciplinas científicas e o mundo. Concebidas

discursos e crie, ao mesmo tempo, um senso comum esclarecido e uma ciência socialmente responsável, gerando assim uma configuração de conhecimentos democraticamente distribuídos. Ele nos assegura que, conquanto algo assim pudesse soar como utópico há tempos atrás, hoje se tornou possível graças ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação que a própria ciência produziu. Entretanto, ele alerta que a ciência não pode ficar entregue à própria hegemonia, pois pode frustrar as expectativas que ela mesma cria, o que torna necessária uma dupla ruptura epistemológica capaz de democratizar o acesso ao conhecimento: “A nova configuração do saber é, assim, a garantia do desejo e o desejo da garantia de que o desenvolvimento tecnológico contribua para o aprofundamento da competência cognitiva e comunicativa e, assim, se transforme num saber prático e nos ajude a dar sentido e autenticidade à nossa existência.” (SANTOS, 1989, p. 42).

Assim se vislumbra um desafio crucial da Sociedade da Informação: o de gerar nos indivíduos e grupos as competências simbólicas e comunicacionais para a compreensão dessa nova realidade. E é aqui que o profissional da informação, concebido como mediador, joga um papel estratégico e fundamental: o de intermediação cultural entre essa realidade e os sujeitos. A organização e a disseminação de estoques de informação têm de levar em conta a dinâmica sociocultural, tanto no plano “global” como no plano “local”. A criação de sistemas de informação, de redes de comunicação, não é apenas uma emulação da ideologia dominante ou mera fascinação tecnológica: é condição estratégica para a efetiva construção e circulação do conhecimento.

As “cadeias de translação” devem permitir a passagem de um conhecimento renovado em ambos os sentidos: do “local” ao “centro de cálculo”, e depois de volta ao local, por isso, ampliado, desenvolvido e aperfeiçoado. A necessidade de pessoas habilitadas para essa tarefa é fundamental para garantir a ampliação da comunicação e o equilíbrio da distribuição de saberes, criando assim sujeitos socialmente “mais competentes” (no sentido de um processo de “empoderamento” – *empowerment* –, de transmissão de poder aos sujeitos). E aqui a função mediadora dos pesquisadores e dos profissionais da informação se faz mais necessária, buscando conectar os indivíduos, as bases de conhecimento local, às demais fontes de informação e conhecimento disseminadas na sociedade.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio de. A gaiola de chips. Apontamentos sobre tecnologia, sociabilidade e cultura na Sociedade da Informação. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 13-34, jan./jun. 2005. Disponível em: <[http://www6.ufrgs.br/emquestao/2005\\_v11\\_n1.htm](http://www6.ufrgs.br/emquestao/2005_v11_n1.htm)> . Acesso em: maio 2006.

- BECKER, Howard S. Arte como ação coletiva. In: \_\_\_\_\_. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- \_\_\_\_\_. O campo científico e esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155. (Grandes Cientistas Sociais; v. 39).
- CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 255-282.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da informação. *DataGramZero: Revista de Ciência da Informação*, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <[http://www.dgzero.org/dez00/Art\\_03.htm](http://www.dgzero.org/dez00/Art_03.htm)>. Acesso em: out. 2005.
- \_\_\_\_\_. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, Mirian de A. (Org.) *O campo de Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002. p. 25-47.
- HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches traditional as well innovative. *Journal of Documentation*, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002. Disponível em: <[http://www.db.dk/bh/publ\\_uk.htm#2002a](http://www.db.dk/bh/publ_uk.htm#2002a)>. Acesso em: maio 2006.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (Org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. p. 21-44.
- \_\_\_\_\_. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001.
- MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.
- NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A "informação construída" nos meandros da teoria social de Pierre Bourdieu. *DataGramZero: Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 5, dez. 2004. Disponível em: <[http://www.dgzero.org/out04/Art\\_05.htm](http://www.dgzero.org/out04/Art_05.htm)>. Acesso em: out. 2005.
- OLIVEIRA, Marlene (Org.). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- ORTIZ, Renato. Introdução: a porosidade das fronteiras nas Ciências Sociais. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.
- POSTMAN, Neil. *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia*. São Paulo: Nobel, 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SCHWARTZMAN, Simon. *A redescoberta da cultura*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 1997.

VALENTIM, Marta Lúcia (Org.). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Pólis, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Atuação profissional na área de informação*. São Paulo: Pólis, 2004.